GUERRA CIVIL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM ANGOLA

Adriano Ibraim e Ramos de Souza[1]
Denio Flavio Garcia da Silva[2]
Mariana Dillman[3]
Mauro Sergio Guedes[4]
Sheila C. Leite[5]

RESUMO: O presente estudo busca responder qual é a influência da guerra civil para o processo de crescimento e desenvolvimento de uma nação. Para isto escolheu Angola, localizado na África, em virtude de ter passado por um período de 26 anos em conflito interno (1975 - 2002). A literatura sobre desenvolvimento econômico elenca como fatores responsáveis pelo desenvolvimento de um país o capital, o trabalho e o progresso tecnológico. O cenário acima acarretou que uma nação com potencial para crescer e proporcionar um estado de bem estar à sua população tenha resultados aquém do esperado. Para esta análise de foco econômico faz-se necessário expor fatores não econômicos, que contribuem para a degradação da estrutura necessária para o desenvolvimento. Nessa ótica, foram observados fatos envolvendo a origem dos povos nesse território, o período colonial, a guerra civil e suas consequências e o processo de reconstrução do país no pós-guerra. A evolução da exploração econômica de Angola requer uma análise da recomposição dos fatores do processo de desenvolvimento, observando os resultados econômicos alcançados nos últimos anos, para verificar nível de bem estar proporcionado à população e as perspectivas para o futuro.

Palavras-chave: Angola, Desenvolvimento de Angola, Guerra civil, Crescimento econômico.

[1] Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: airs7@hotmail.com.
[2] Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: denio_nbs@hotmail.com.
[3] Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: mari_dillmann@hotmail.com.
[4] Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: msguedesjf@yahoo.com.br.
[5] Professora Doutora do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: sheila_leite@hotmail.com.

ABSTRACT: What is the influence of the civil war to the process of growth and development of a nation is the question this study seeks to answer. For this they chose Angola, located in Africa, by virtue of having passed through a period of 26 years in civil conflict (1975-2002). The literature on development economics indicate as factors responsible for the development of a country's capital, labour and technological progress. The above scenario led a nation with the potential to grow and to provide a State of well-being of its population, to offer to population results below the expected. For this analysis of economic focus must expose non-economic factors that contribute to the deterioration of the structure necessary for development. In this vision, were observed facts involving the origin of peoples in that territory, the colonial period, the civil war and its consequences and the process of post-war reconstruction of the country. The evolution of economic exploitation of Angola requires an analysis of the recomposition of the factors of the development process, noting the economic results achieved in recent years, to verify the level of well being proportionate to the population and the prospects for the future.

Key-words: civil conflict, Angola, economic growth, development economic.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo busca responder a seguinte questão: qual é a influência de uma guerra civil para o processo de desenvolvimento de uma nação. Nesse contexto, foi escolhido o país Angola, localizado na África, em virtude de ter passado por um longo período de conflito interno, o qual teve início após a sua independência em 1975 quando movimentos nacionalistas pró-independência passaram a lutar entre si pelo controle político do país, o que perdurou até o ano de 2002.

A literatura clássica sobre crescimento econômico elenca como principais fatores responsáveis por esse processo o capital, o trabalho e o progresso tecnológico. O cenário de conflito interno acarretou que uma nação com potencial para crescer e proporcionar um estado de bem estar à sua população tenha resultados aquém do esperado.

Considerando que para esta análise de foco econômico faz-se necessário expor fatores não econômicos, este trabalho discute a degradação da estrutura necessária para o desenvolvimento, pelo comprometimento da força de trabalho, da capacidade de produção e de investimentos, ocasionada pelo dispêndio de recursos humano e financeiro

que fomentaram a guerra. Nessa ótica, o estudo abrange uma observação dos fatos que envolvem a origem dos povos nesse território, o período colonial, o conflito e suas consequências e o processo de reconstrução do país no pós-guerra.

No que tange à evolução da exploração econômica de Angola, o estudo requer uma análise dos fatos ao longo do tempo, com ênfase no período posterior à guerra civil, quando o país iniciou o processo de organização das instituições governamentais e a recomposição dos demais fatores essenciais para o processo de desenvolvimento.

Na busca por informações que possam contribuir para a elaboração de um artigo referente ao atual nível desenvolvimento de Angola, com análise dos fatores que contribuíram para tal, este grupo de trabalho entrevistou uma pessoa de origem angolana, que participou de um dos movimentos de libertação e há mais de 25 anos residente no Brasil. A pessoa entrevistada, aqui denominada de ZYX, a fim de manter a sua identidade em sigilo, se dispôs a colaborar respondendo a uma série de perguntas, em questionário, sobre Angola.

2. PROCESSO HISTÓRICO EM ANGOLA

A partir do ano 500 a.C, várias migrações ocorreram na região onde hoje se encontra Angola. As lutas entre esses povos eram frequentes e os migrantes recém-chegados tinham de combater os já estabelecidos para conquistar território. Os portugueses, sob o comando de Diogo Cão, no reinado de D. João II, chegaram ao Zaire em 1484 e começaram a conquistar essa região, incluindo Angola. O primeiro passo foi estabelecer uma aliança com o Reino do Congo, que dominava toda a região. Os portugueses instalam-se na região de Angola e em 1576 fundam São Paulo da Assunção de Luanda, a atual cidade de Luanda**.** Angola transforma-se rapidamente no principal mercado abastecedor de escravos para as plantações de cana-de-açúcar do Brasil.

Linhares (1981) mostra que Portugal usa seu colonialismo a partir do século XIX para fornecer mão-de-obra barata para as companhias de mineração inglesas, assim ocorreu com Angola também. Outra marca do colonialismo português em Angola ressaltado por Linhares (1981) foi o racismo, imposto no país como norma administrativa e política. O autor ressalta também a forte presença dos alemães, penetrando na mineração de ferro e os belgas com a exploração de petróleo.

Castro (1981) menciona como fator importante a Conferência de Berlim, realizada em 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, quando ficou determinado que não haveria reconhecimento da posse sem a ocupação efetiva do território pelo país que reclamasse os direitos de soberania. Este princípio motivou a corrida geral para a África, sua consequente partilha e efetiva colonização.

De acordo com a pessoa entrevistada no desenvolvimento deste estudo, o que os portugueses queriam era o Brasil, mais rico em minerais preciosos como o ouro e os diamantes, com abundância de água e terras férteis. Assim, Angola e Moçambique eram, apenas, uma "propriedade" que deviam manter como recurso, para, em caso de necessidade, utilizarem e também o território servia como depósito barato dos meliantes ou até mesmo de desafetos políticos. Com a independência do Brasil e o término do comércio de escravos, os olhos de Portugal se voltaram para Angola e Moçambique.

A colonização efetiva do interior de Angola só se inicia no século XIX, após a independência do Brasil em 1822 e o fim do tráfico de escravos em 1836-1842. Com a implantação de um regime republicano em Portugal, em 1910, a colonização entrou em uma nova fase, com início da exploração intensiva de diamantes, mas o desenvolvimento econômico só teve início de forma sistemática em finais da década de 1930, com o início da produção de café**,** de sisal**,** de cana do açúcar**,** de milho e de outros produtos destinados à exportação. Para além destes produtos, desenvolveu-se a exploração dos minérios de ferro**.**

Em 1948 foi elaborado um plano de urbanização de Benguela, devido ao crescimento da indústria pesqueira, com a farinha de peixe, que ganhou força após uma queda no comércio de sisal. A costa de Benguela era um manancial autêntico e o peixe era dinheiro certo em virtude da grande aceitação comercial, trazendo cobiça aos imigrantes que, com o lucro, começaram se fixar na região, construindo casas e prédios (ANGOLA, 2010).

No período de 1941 e 1950**,** saíram de Portugal cerca de 110 mil imigrantes com destino às colônias, sendo que esse fluxo prosseguiu nos anos 50 e 60 e a maioria se fixou em Angola. Angola recebeu do Brasil o maior contingente de imigrantes brancos, vindos principalmente de Pernambuco. Estes imigrantes desenvolveram principalmente plantações de cana de açúcar (FERRO, 1999).

3. GUERRA CIVIL X DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

No dicionário do Aurélio (2009), guerra civil significa luta armada entre partidos da mesma nacionalidade; desenvolvimento econômico significa ação ou efeito de desenvolver; e crescimento em termos de Economia é o crescimento global de um país, de uma região etc.

> A guerra civil consiste no emprego lato da violência fora da arena em que normas consuetudinárias e contratadas da lei internacional são válidas. Trata-se, dessa maneira, de um emprego de violência sem normas que a regulem, posto que as instituições legais internas não reconhecem a possibilidade legal do emprego lato da violência. A guerra civil cria as suas próprias regras. Se essas normas constituídas ad hoc - o que acontece com frequência - se configuram segundo o modelo das leis e costumes da guerra da lei internacional, a guerra civil pode se desdobrar sob forma de guerra convencional. Aí haverá "exércitos" da guerra civil, em cujo âmbito "combatentes" dos dois lados se confrontarão, como se estivessem conduzindo a guerra no contexto da lei internacional (HEYDTE, 1990, p. 51).

Por que ocorreu uma guerra civil em Angola e qual foi o reflexo para o desenvolvimento desse país é o que se propõe mostrar nos tópicos a seguir, para entendimento e verificação da interferência nos fatores propulsores do desenvolvimento econômico.

4. MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), houve um recrudescimento dos movimentos pró-independência das colônias do continente africano, mantidas sob domínio dos países europeus, sendo que Portugal mantinha como colônias São Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Angola.

Castro (1981) salienta como fatores importantes para a descolonização o V Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester (1946), quando foi redigida a "Declaração aos Povos Colonizados", pelo Dr. Kwame Nkrumah, nascido na Costa do Ouro. Na ocasião foi criado um Comitê Regional de Delegados, que foi a primeira formação política organizada. Outro fator importante foi à criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que se transformou na tribuna do anticolonialismo militante.

De acordo com os relatos de Cascudo (1979), vários movimentos populares de libertação surgiram em Angola nas décadas de 50 e 60, sob as mais variadas siglas, mas com o passar do tempo ocorreram mutações e alguns movimentos mudaram de nome ou se fundiram dando origem a novas siglas, porém cabe destacar aqueles que mais protagonizaram lutas antes e depois da independência de Angola:

- Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) que surgiu em 1962, em virtude da União das Populações de Angola (UPA) ter se aliado ao Partido Democrático de Angola. A FNLA tinha o apoio da República Democrática do Congo**,** na época Zaire, da China e de mercenários portugueses e ingleses;

- Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), foi fundado em 10 de Dezembro de 1956, por José Eduardo dos Santos, mas segundo Sousa (2006), pode-se dizer que hoje não restam as menores dúvidas quanto à fundação do MPLA, em finais de Janeiro de 1960, isto é, depois da Conferência de Tunes (nacionalistas oriundos de Angola, da Guiné e de S. Tomé participaram, pela primeira vez, em Tunes, num fórum político de chefes de estado africanos), contava com apoio da União Soviética e, principalmente, de Cuba;

- União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), foi fundada em 1966, por Jonas Malheiro Sidônio Savimbi, o qual era oriundo da UPA. A UNITA contava com o apoio da África do Sul.

Com relação aos movimentos libertatórios pode-se sintetizá-los de acordo com suas ideologias e o perfil de participação em tais grupos. Segundo Cascudo (1979) pode-se considerar que:

> O branco angolano, de nascimento ou de coração, sentia-se diante do seguinte dilema: de um lado, o MPLA, marxista, comunista, mas com o apoio da Metrópole. Do outro, a FNLA, anticomunista, pró-Ocidente, nacionalista, mas... formada pela antiga UPA, que "massacrara os brancos de 1961", os "sanguinários tribalistas do Norte". Portanto, os brancos preferiam o *meio termo*, nem o marxismo de Agostinho Neto, nem o poder da força do Holden Roberto, o tribalismo negro. Surgia, assim, a UNITA, ... (CASCUDO, 1979, p. 28).

O pós II Guerra Mundial, décadas de 50 e 60, foram um marco em termos de descolonização da África, com mais de cinquenta colônias se tornando nações independentes, porém o rigor do Governo Salazar em Portugal debelou todas as tentativas de independência empreendidas pelas colônias da África. Com o fim da ditadura em Portugal (25 de Abril de 1974), as perspectivas de independência das colônias se tornaram uma realidade.

Com a mediação de Jomo Kennyata, presidente do Quênia, foi possível um acordo entre os três líderes para a formação de um governo provisório português de transição até o momento da independência, cuja data foi fixada para 11 de novembro de 1975, pelo Acordo de Alvor. Esse acordo foi estabelecido em 15 de Janeiro de 1975, pelo ministro

da Coordenação Interterritorial de Portugal e os líderes dos três movimentos de libertação de Angola (MPLA, FNLA e UNITA), no qual foi prevista a realização de eleições para uma assembleia política disputada pelos três partidos (CASTRO, 1981).

5. INDEPENDÊNCIA E GUERRA

Conforme relata Cascudo (1979), a independência estava agendada, porém itens do acordo foram ignorados pelas partes envolvidas, acarretando dificuldades para a conclusão do processo de forma harmônica. Como exemplo, pelo acordo de Alvor seria constituída uma Força conjunta, composta por um efetivo de 1.000 homens de cada movimento de libertação e igual efetivo da tropa de Portugal, em Luanda, para garantir a segurança da população, o restante do efetivo deveria ser desmobilizado. Esse acordo não foi cumprido, já que os três movimentos mantiveram suas tropas em condições de combate, inclusive recebendo apoio de outros países.

Como causas da guerra civil, a pessoa entrevistada ZYX cita o fato da existência de várias etnias em Angola, as quais eram rivais e tinham apoio de países com ideologias diferentes, no período da "guerra fria". Essa interferência externa tinha como objetivo, além das riquezas minerais, o domínio sobre o território angolano, devido à sua posição geográfica. Em suas palavras:

> Além dos fatores ideológicos, um grupo apoiados pela China, outro pela Rússia e o terceiro pelos Estados Unidos da América, havia também fatores culturais, pois Angola é um país, mas à época, como ainda hoje, não se configura como Nação. As diferenças culturais entre as tribos, porém há diferenças não só culturais, mas também de interesses econômico.

Assim, a guerra civil em Angola teve início antes mesmo da independência, já que os três grupos nacionalistas que tinham combatido o colonialismo português passaram a lutar entre si pelo controle do país, fazendo com que Portugal deixasse a colônia antes do prazo estipulado. Cascudo relata que

> Na manhã do dia 10 de novembro, o Alto-Comissário Leonel Cardoso reuniu a imprensa angolana e os correspondentes estrangeiros em Luanda, para sua derradeira entrevista. Passou o poder aos responsáveis do MPLA. Afirmava, em seu discurso, que "deixava Luanda entregue à vontade do seu povo". Após quatro séculos de domínio sobre Angola, após criar, em África, as bases de uma civilização e de uma cultura ocidentais, após vencer as barreiras do tempo e das distâncias, Portugal deixava a terra que colonizou, pela porta dos fundos, numa pequena lancha, que transportava o Sr. Alto-Comissário para bordo de uma fragata, na baía de Luanda, onde, onde ainda tremulava, palidamente, na popa, a bandeira portuguesa... (CASCUDO, 1979, p. 130).

As Forças Armadas de Angola foram constituídas poucos dias antes das eleições de setembro de 1992, mas a UNITA não cumpriu o compromisso de desmobilizar sua tropa. Nas eleições, dos assentos para Deputados, 54% ficaram com o MPLA, 34% com a UNITA e os 12 restantes com os demais partidos, já o cargo de Presidente permaneceu com José Eduardo dos Santos, que obteve 49,6% dos votos contra 40,1 de Jonas Savimbi (GUIDE, 2007).

Um entendimento entre governo e UNITA, sob supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU), com base no Protocolo de Lusaka, deu início ao processo de paz em 1995. A ONU teve participação em três ocasiões no esforço de estabelecer a paz em território angolano, com as missões denominadas *United Nations Angola Verification Mission* (UNAVEM). A UNAVEM I foi estabelecida em dezembro de 1988, para verificar a retirada total das tropas cubanas do território de Angola; a UNAVEM II foi estabelecida em maio de 1991 para verificar as disposições acordadas pelo governo de Angola e a UNITA, relativas ao monitoramento do cessar-fogo e da Polícia Angolana; e a UNAVEM III foi estabelecida para ajudar o governo de Angola e a UNITA a restabelecerem a paz e lograr a reconciliação nacional. Teve por base os Acordos de Paz para Angola, firmados em 31 de maio de 1991, o Protocolo de Lusaka, firmado em 20 de novembro de 1994 e as resoluções do Conselho de Segurança da ONU. O Brasil participou de todas essas missões, sendo que nas duas primeiras com observadores militares e na terceira com tropa, de agosto de 1995 a julho de 1997 (BRASIL, 2010).

Em dezembro de 1998, o acordo de paz estabelecido em 1995 foi rompido e Angola retornou ao estado de guerra aberta, que só parou em 2002, com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi. Guide (2000) salienta que o declínio do poder de Jonas Savimbi, da UNITA, começou com os deputados da UNITA rompendo com ele. A partir daí, Jonas Savimbi ficou sem recursos financeiros e com redução de seu apoio político, o que o levou para o isolamento e derrotas em batalhas. Desta forma, Guide (2000) assevera que Savimbi transformou-se, de um senhor de guerra em líder guerrilheiro.

Tati (2009) cita que os contatos exploratórios tiveram início, no México, entre representantes da UNITA e do Governo, cujo processo culminou com a assinatura do Protocolo de Entendimento entre as partes, em 4 de abril de 2002, e em 29 do mesmo mês era assinado, em Luanda, o documento que punha fim à guerra civil em Angola.

6. AS CONSEQÜÊNCIAS DA GUERRA CIVIL

A guerra civil de 26 anos causou significativos danos às instituições políticas e sociais do país. Conforme citado por Tati (2009), o Governo de Angola e seu Ministério da Saúde, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD, 1998), estimaram que cerca de 10 milhões de minas terrestres foram espalhadas pelo território nacional, prejudicando a agricultura e a pecuária. Para Guide (2009), Angola pagou pela guerra civil um preço que extrapolou os interesses nacionais, por interferência da "guerra fria", o que causou muitas vítimas diretas e indiretas, oportunidades desperdiçadas de crescimento e de avanços sociais.

As cidades cresceram desordenadamente, com o aparecimento de bairros sem as condições mínimas de subsistência, por motivos de segurança. Estimava-se em 4 milhões de deslocados, (PNUD-2002) e (ACUNOR, 2002), num total de 14.228 mil de habitantes (Instituto Nacional de Estatística-Angola - INE, 1985). Walter (2007) faz uma relação importante dos gastos com a defesa nacional devido à guerra com a perda de investimentos em outros setores importantes:

> Ao longo dos anos, as grandes despesas com a defesa e a segurança desviaram os dinheiros públicos dos sectores sociais, em especial da educação e da saúde, e das infraestruturas básicas, como as estradas e o abastecimento de água. Todos eles sectores cruciais para o crescimento econômico, criação de emprego, redução da pobreza e o crescimento do bem-estar dos humanos. Porém, conquistada a paz, é visível uma melhoria substancial no ambiente econômico e social (WALTER, 2007, p.75).

O jornal Terra Angolana, Ano 1 N° 10 III Série de outubro-novembro 2004, citado por Tati (2009) menciona grave situação referente aos homens e mulheres que, ao longo do conflito contraíram deficiências físicas, causadas em grande número por minas, e reclamam por melhorias, sendo este efetivo estimado em cerca de 150 mil pessoas portadoras de deficiências diretamente causadas pela guerra, o que corresponde, aproximadamente, 1% da população que vive em condições difíceis, razão pela qual foi criada a Associação Nacional dos Deficientes de Guerra (ANDA) em Angola.

Outra consequência foi o custo financeiro da guerra civil, com estimativa de que para custear a guerra o "Governo" angolano gastava por cada dia um milhão de dólares norte-americanos e que a UNITA gastava mais ou menos o mesmo valor, sendo que se financiavam, respectivamente, com recursos provenientes do petróleo e dos diamantes provenientes.

Esses fatos representaram uma diminuição da força de trabalho, de capital e, consequentemente, impossibilitaram o progresso tecnológico, levando o país a uma das mais pesadas realidades: de um lado a miséria, do outro a extrema riqueza da elite.

A guerra civil de Angola, conforme divulgação do Ministério da Saúde de Angola (2004), citado por Tati (2009), acarretou dilaceração do tecido social e graves problemas de saúde pública nas populações, exiguidade de infraestrutura básica, desestruturação das famílias, riscos de aumento exponencial das doenças endêmicas (malária, sarampo, tuberculose, febre tifoide, tripanossomíase humana africana, etc.), somando ainda mais a mortalidade, principalmente, a infantil e materna. Esses problemas evidenciaram a necessidade de instituições de saúde, a fim de combater o aumento das doenças transmissíveis e prevenção por imunização da população dos centros de deslocados. O encerramento dos campos de deslocados, em 2004, e a criação de bairros nestas localidades, considerando que muitos jovens não possuem registros como cidadãos, dificultou a inserção, a reinserção social e o planejamento de políticas públicas para a mitigação dos problemas sociais.

A grave situação econômica do país inviabilizou um apoio governamental efetivo a muitas instituições sociais, fazendo com que as condições de vida quotidiana em todo o país e especialmente em Luanda (que segundo tem uma população de cerca de quatro milhões) espelhassem o colapso das infraestruturas administrativas bem como de muitas instituições sociais. Na vivência destas populações, a dificuldade de transporte público, a falta de eletricidade, água potável e a falta de documentos representam um problema candente, que dificulta as suas vidas e a de seus filhos, e no período pós-guerra têm dificuldade de acesso às escolas e centros de formação profissional (GUIDE, 2007). A opinião da entrevistada ZYX acerca do processo de reconstrução do país é de que:

> De uma forma geral, podemos dizer que os processos de reconstrução são lentos. É certo que o país ficou num caos e só há bem pouco tempo começou a ocorrer à recuperação da economia. Se houver honestidade no governo, as coisas talvez melhorem. Só tempo irá confirmar essas melhorias (XYZ, 2010).

O país foi governado por Antônio Agostinho Neto (MPLA) de 1975 até 1979, quando assumiu o atual presidente José Eduardo dos Santos (MPLA). O presidente anunciou a intenção do governo de organizar eleições em 2006, mas o evento não ocorreu. Essas seriam as primeiras eleições desde 1992 e serviriam para eleger um novo presidente e uma nova Assembleia Nacional.

7. ECONOMIA DE ANGOLA NO PERÍODO PÓS-CONFLITO

Com base em dados publicados pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) em 2009, da Universidade Católica de Angola, a despeito das elevadas taxas de crescimento verificadas em Angola, após findar a guerra civil, não houve uma melhoria proporcional das condições de vida da população e os custos associados à intensa variação do nível geral da atividade econômica têm sido elevados e mal distribuídos.

O relatório do CEIC (2010) salienta que o crescimento econômico observado entre 2002 e 2008 foi de natureza essencialmente quantitativa, que beneficiou de uma elevada taxa de poupança global, com incidência nos empréstimos externos e no investimento estrangeiro direto, em particular nos setores do petróleo, diamantes e construção civil, sendo que estas duas atividades juntas sustentam um percentual superior a 70% do PIB angolano. Esse elevado índice caracteriza pouca diversificação da economia e se torna um dos entraves no processo de desenvolvimento econômico sustentado do país.

A produção de petróleo continuou dependente do capital e tecnologia do exterior e tem pouca ligação com os demais setores da economia, a exceção do investimento público e do setor financeiro. Outro problema é a dependência da conjuntura internacional em relação à dinâmica do mercado petrolífero, pois torna o país suscetível a crises de origem nos mercados, como choques nos preços do produto. Em virtude dessa dependência, surge a necessidade de diversificar a estrutura produtiva e geradora de renda do país, a fim de diminuir a influência que crises internacionais possam gerar em caso de um colapso internacional no mercado petrolífero.

No caso da exploração do diamante, a ponderação se dá pela dependência de ações do Estado. De acordo com Keynes (1936), a participação do estado na economia é uma ação importante no sentido de reverter uma tendência de declínio da atividade econômica. A interferência estatal, nesse momento, na forma como está sendo em Angola, garante aos cidadãos a manutenção dos níveis de emprego, bem como a renda que, via efeito multiplicador, garantirá também a continuidade de outras atividades econômicas. O setor de mineração dos diamantes deve, portanto, procurar meios de diminuir sua dependência de políticas estatais, de forma que possa ser efetivamente competitivo no mercado internacional, visto que é uma atividade voltada principalmente para o mercado externo.

De acordo com Solow (1956), a tecnologia é a variável fundamental do crescimento econômico de longo prazo. A explicação do comportamento da tecnologia, de acordo com o modelo endógeno de crescimento, caracterizado por Lucas (1988), destaca a importância que o capital humano tem como determinante, diretamente do nível tecnológico, e por consequência, da manutenção de taxas de crescimento econômico em longo prazo. Porém, no diagnóstico realizado pela CEIC (2010) tem-se o apontamento da carência de mão de obra qualificada. Nesta obra assinala-se que há uma deficiência em toda a África com respeito à criação de capital humano. Assim, sendo considerando a atual divisão internacional do trabalho, tem uma debilidade para tais países com relação ao quesito desenvolvimento.

Conforme publicação do CEIC (2010), as principais atividades econômicas do país estão fortemente orientadas para o mercado internacional, que é uma condição relevante para auxiliar o processo de crescimento econômico. Todavia, observa-se em países desenvolvidos e em desenvolvimento a grande importância que o mercado interno tem para a geração de emprego e renda. Furtado (2004) chama a atenção para esse fenômeno como o deslocamento do centro dinâmico da economia. Um país com um mercado interno fortalecido torna-se menos suscetível às crises internacionais e mais independente economicamente.

O PIB per capita de Angola, que era de US$745,8 (dólares americanos) em 2002, teve um crescimento ascendente até o ano de 2008, quando chegou ao patamar de US$ 4.592,6, porém, com a queda do nível geral da atividade, o rendimento médio por habitante diminuiu em 2009 para $3.801,6, o que deve ter agravado as condições de vida da população mais carentes (CEIC, 2010).

As projeções de comportamento da economia angolana no triênio 2010-2012 estão associadas ao aumento das exportações e do preço do petróleo; expansão dos projetos agrícolas e das obras de irrigação; investimento de 220 milhões de dólares na plantação de cana-de-açúcar em 30 mil hectares, visando-se a produção de 280 mil toneladas de açúcar e 30 mil metros cúbicos de etanol por ano; entrada em funcionamento da fábrica de montagem de automóveis, em Viana; expansão da construção; aumento do investimento, público e privado; entrada em funcionamento dos pólos industriais; alteração da política monetária e cambial; e melhoria dos circuitos e sistemas de distribuição da produção (CEIC, 2010).

Dados estatísticos do CEIC (2010) indicam que Angola poderá se tornar em 2014 na quinta maior economia africana, retirando daí os dividendos políticos e econômicos associados. Quanto a esse aspecto, a pessoa entrevistada ZYX disse: "Se levar em conta as riquezas que o país possui, concordo plenamente, porém a minha preocupação é: Como vão ser coletados os dados que darão origem a essa classificação?"

8. DISCUSSÕES GERAIS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização de Angola ocorreu de forma lenta e, inicialmente, na extensão litorânea, sendo que somente após a independência do Brasil e o fim do comércio escravagista os portugueses voltaram às atenções para as colônias da África, intensificando a colonização exploratória.

O processo de independência de Angola foi complexo, por envolver fatores internos, como a existência de diversas etnias, com diferentes valores culturais e interesses econômicos; por outro lado à interferência externa, advinda da polaridade da "guerra fria", por questões ideológicas, e o interesse das potências econômicas em razão da posição geográfica desse país.

Essas circunstâncias fizeram com que Angola permanecesse por um período de 26 anos em guerra, fazendo com que o processo de desenvolvimento econômico fosse diretamente afetado, por contrapor à literatura sobre desenvolvimento econômico, que elenca como fatores responsáveis por esse processo o capital, o trabalho e o progresso tecnológico, já que todos esses fatores foram duramente penalizados nesse período.

Com o fim da guerra, em 2002, o país teve um acelerado processo de crescimento econômico, o qual não foi acompanhado pelo crescimento da infraestrutura, gerando desequilíbrios que provocam atrasos e reduzem a capacidade competitiva, podendo ser portadores de determinadas ameaças ao desenvolvimento.

Conforme dados do relatório do CEIC (2010) houve uma variação de mais de 685% no Rendimento Nacional Bruto por habitante entre 2002 e 2008, variando de $745,8 (dólares americanos) para o patamar de $ 4.592,6, porém estes resultados não contemplam a população como um todo, devido a grande concentração de renda, o que favorece apenas as elite da economia.

A crescente complexidade das técnicas e tecnologias de produção industrial passou a exigir perfis da mão-de-obra industrial e de gestão empresarial estratégica e

táctica de elevado gabarito, o que se traduz no grande desafio para o país, devido à necessidade de investimentos e tempo hábil para a criação desse capital humano.

Embora a economia de Angola continue muito dependente da produção e das receitas do petróleo, em 2007 foi a sétima maior economia da África, num total de 48 países. O fato de ser uma das maiores economias africanas aduz ao governo continuar a criar as condições propícias para a diversificação estrutural, a valorização do capital humano, a livre iniciativa e a desenclavização setorial, de modo a habilitar o país a se tornar uma liderança política na região, com a possibilidade de influenciar nas grandes decisões estratégicas sobre o desenvolvimento africano.

Pode-se argumentar que esta posição econômica de Angola é, sobretudo, fruto da importância da economia petrolífera e das condições positivas de que tem beneficiado ao longo dos anos. Mas isso significa, então, que a margem de progressão do país é enorme, muito maior do que a dos outros países, ou seja, quando se desenclavizar a economia e se diversificar a estrutura produtiva, o país pode reforçar e consolidar a sua posição de líder africano.

Seguindo a linha de Rocha (2007), influenciam o atraso econômico em Angola a má administração pública, relacionada ao excesso de recursos naturais, e a má orientação produtiva que gera um bloqueio à diversificação do tecido produtivo, deixando-se de ganhar com outras atividades não exploradas.

De acordo com Paula e Luís o grande desafio de Angola após a guerra é construir e reconstruir sua infraestrutura de base, com destaque para os setores de energia, água, saneamento básico, transportes e telecomunicações, sem os quais não é possível se pensar em crescimento e desenvolvimento econômico.

Por fim, conclui-se que o processo de crescimento e desenvolvimento de Angola foi dificultado por fatos que têm origem na colonização, nas lutas pela independência e, principalmente, pelo longo período de guerra civil, o que deteriorou os fatores responsáveis pelo processo de crescimento e desenvolvimento, porém o país detém muitas riquezas e tem alcançado resultados econômicos que o colocam em condições de obter crescimento sustentável, de modo a proporcionar um futuro promissor à sua população.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLA. Consulado de Angola, Disponível em**:** < http://www.consuladodeangola.org/>, Acessado em 14 set 20010.

BRASIL. Exército Brasileiro, Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/unavem>, Acessado em: 15 set. 2010.

CASCUDO, Fernando Luiz da Câmara. **Angola**: A guerra dos traídos. Rio de Janeiro, Bloch Editores S A, 1979.

CASTRO, Terezinha de. **África**: Geohistória, geopolítica e relações internacionais. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1981.

FERRO, Marc. História das Colonizações: das conquistas às independências – séculos XIII a XX. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 463 p.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. **São Paulo**, Companhia das Letras, 2007.

GUIDE, Antonio Marcos de. TPA: Modelo de TV Pública d Angola, 2007, Dissertação (Pré-requisito para Mestrado em Ciências das Comunicações) Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, **São Paulo**.

HEYDTE, F. A. Von Der (1907). A Guerra Irregular Moderna; Tradução de Jayme Taddei. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1990.

HORÁCIO, Caio. **Angola**: os dias de desespero. Publicações Periódicas. Lisboa, 1961.

KEYNES, John M. ([1936] 1982) A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas.

LINHARES, Maria Yedda. A luta contra a metrópole: **Ásia** e **África**: 1945-1975. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 97-107.

LUCAS, Robert. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics,** n. 22, 1988.

Relatório Econômico Anual de Angola 2009. Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, junho de 2010. Acessado em:< http://www.ceic-ucan.org/index.php?option=com_content&view=article&id=28:relatorio-economico-angola&catid=8:estudos-macroeconomicos>, Acessado em: 15 jun. 2010.

ROCHA, Alves da. O que pode comprometer o elevado crescimento econômico de Angola. (Professor Associado da Universidade Católica de Angola). África 21, setembro de 2007.

SOUZA, Julião Soares. MPLA: Da Fundação ao Reconhecimento por Parte da OUA (1960-1968) – Artigo – Latitudes, 2006.

SOLOW, Robert M. A contribution to the theory of economic growth. **Quarterly Journal of Economics**, February, 1956, pp. 65-94.

TATI, João Tibúrcio. Restos da Guerra: Trajetória, modos de vida dos jovens no município do Cacuaco, Luanda – **Angola**, 2009, Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) Universidade de São Paulo – Faculdade de Saúde Pública, **São Paulo**.

ENTREVISTA

Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT
Faculdade de Economia – FE

A presente pesquisa acadêmica tem como objetivo aprofundar conhecimentos a respeito do processo de desenvolvimento de Angola. Este trabalho está sendo desenvolvido pelos estudantes de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso no Brasil e tem como objetivo elaborar um artigo analisando os fatores que levaram ao atual estado de desenvolvimento econômico de Angola.

Entrevistador e Entrevistado

Dia de visita: 05 de novembro de 2010 Horário da Entrevista: 14:30h

Pesquisador: Mauro Sergio Guedes

Nome do entrevistado:

Cidade:

Telefone: E-mail:

Perfil do entrevistado

Naturalidade:

Quando deixou de morar definitivamente em Angola: setembro de 1975.

Em quantos países morou: Angola, República da África do Sul e Brasil.

Quando chegou ao Brasil: outubro de l975.

Informações sobre o processo de colonização de Angola

Como se deu a colonização de Angola?

Depois da descoberta de Angola os portugueses ocupavam apenas o litoral que ia de Cabinda a então chamada Baía dos Tigres. A parte litoral desertificada, onde se situava essa baía era chamada Deserto de Moçamedes ou Mossamedes como alguns preferem. Esse deserto é uma extensão do Calahari, com algumas modificações na flora. Nessa região existe uma planta rasteira, de apenas duas folhas bastante largas unidas a um circulo. As plantas têm uma particularidade interessante, o gineceu e o androceu se encontram em plantas diferentes e a fecundação é feita por insetos que transitam entre as duas. Inicialmente interessava aos portugueses manter contato com o Reino do Congo que fornecia aos portugueses escravos, ouro e marfim. O que os portugueses queriam era o Brasil, mais rico em minerais preciosos como o ouro e os diamantes, com abundância de água e terras férteis. Assim Angola e Moçambique eram, apenas, uma "propriedade"

que deviam manter como recurso, para, em caso de necessidade, utilizarem e servia também como depósito barato dos meliantes ou até mesmo de desafetos políticos. Com a independência do Brasil e o término do comércio de escravos, os olhos de Portugal se voltaram para Angola e Moçambique. Além disso, a situação sócio-política em Portugal também não era estável. Havia uma população sem terra e sem emprego que começava a perturbar. A essas pessoas foi oferecida a possibilidade de obterem terras para trabalhar e, aos mais capacitados, empregos administrativos. Assim, Portugal livrava-se do excedente populacional e ainda obtinha lucros pelos impostos que os colonos deviam pagar à metrópole. Para pagar esses impostos, a melhor forma era explorar os negros. Os chamados "chefes de posto", cargo parecido com prefeitos no Brasil, tinham o poder de cobrar impostos, mandar prender os inadimplentes, e obrigá-los a trabalhar, em regime de escravidão, acorrentados como se fossem criminosos até pagarem os impostos devidos e "indevidos". Na maioria das vezes eram mal alimentados, maltratados física e moralmente.

Independência

No processo de descolonização da África, Angola possuiu a particularidade de ter tido, dentro do seu processo de independência, três movimentos de caráter nacional, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA), que além lutarem contra os portugueses, lutavam entre si. Como surgiram esses movimentos pela independência?

Os movimentos de independência surgiram devido à insatisfação de negros e de brancos nascidos em Angola com as leis portuguesas, especialmente no que se referia exploração que os portugueses, residentes em Angola exerciam sobre a população negra. Com os brancos nascidos em Angola, considerados cidadãos de 2ª classe a exploração era mais comedida, mas era flagrante. Os negros eram tão "sem direitos" que muitas vezes tinham de ceder suas filhas para os homens brancos portugueses que deixavam as esposas em Portugal, esperando sua volta com bastante dinheiro, ou que, depois de algum tempo, quando os maridos conseguissem um padrão de vida melhor vinham morar em casa confortáveis e desprezavam os ignoravam filhos fora dos matrimônios. No caso de serem absorvidos pela família era sempre para ocuparem lugares inferiores e, dificilmente, tinham acesso à escola. O governo português só oferecia a possibilidade de frequência

escolar aos que dominavam o idioma e tivessem possibilidades de comprar sapatos e uniforme. Os cadernos eram dados gratuitamente, mas a dificuldade em serem alfabetizados "em outra língua" não era levada em conta. Além disso, os castigos corporais, permitidos à época, eram sempre mais severos para os negros. Numa sala de cerca de 25 alunos, havia, no máximo 2 alunos negros e havia muitas séries que não existia nenhum. Ao se passar para o ensino que aqui se chamava de fundamental e médio da 5ª série ao 3° ano, a ocorrência de negros era bem menor. Não tenho certeza, mas lembro-me bem que durante o período que estudei no Liceu Nacional Diogo Cão só havia 3 negros, sendo que um era o Jonas Savimbi. Os motivos para descolonização de Angola são mais profundos do que eu consigo descrever, pois só quem vive o ambiente e percebe as injustiças, entende as razões que levaram o povo angolano a procurar a sua liberdade. Quanto às lutas ente os grupos, são devidas a aspectos culturais, Angola tem diversas etnias que eram rivais, e ao apoio de países diferentes, ou melhor, com ideologias diferentes. A guerra fria sustentou a luta armada, pois os países que dela participavam eram os provedores do sistema logístico que apoiava a guerrilha, e estavam interessados na "partilha" dos recursos naturais do país. O primeiro grupo a ter coragem de atacar "os brancos" foi a FLNA, liderada por Holden Roberto, financiada pelos Estados Unidos que pretendiam mais do que Portugal já lhes dava, a exclusividade da exploração de diamantes em todo o território nacional com enfoque no então distrito da Lunda. Além disso, havia também o petróleo, o ferro de Mavinga e bastante ouro de aluvião.

Houve interferência externa no processo de independência de Angola?

Houve, sim. As potências estrangeiras que apoiavam os grupos separatistas tinham como alvo as riquezas minerais de Angola, bem como interesses em se apossarem ou terem domínio sobre o território devido à sua posição geográfica.

Que fatores impediram a união dos movimentos nacionalistas após a independência e levaram o país à guerra civil?

Além dos fatores ideológicos, um grupo apoiados pela China, outro pela Rússia e o terceiro pelos Estados Unidos da América, havia também fatores culturais, pois Angola é um país, mas à época, como ainda hoje, não se configura como Nação. As diferenças culturais entre as tribos há diferenças não só culturais, mas também de interesses econômico.

Informações sobre a Guerra Civil

Como a "guerra fria" interferiu na guerra civil em Angola?

Com a rivalidade entre as potências mundiais do Leste e Oeste, havia interesse em procurara parceiros que pudessem definir "a vitória" de um desses impérios. A cooptação dos países de língua portuguesa, existentes na África, poderia ser um dos fatores determinantes da supremacia de uma ou outra potência.

Quais foram as piores consequências da guerra civil para a população de Angola?

O descalabro sócio-político, a fome, a falta de quadros técnicos para o governo, a falta de assistência à população, resumindo, o caos sociopolítico.

A literatura sobre desenvolvimento econômico elenca como fatores responsáveis pelo processo de desenvolvimento de um país o capital, o trabalho e o progresso tecnológico. Nessa ótica, quais foram às consequências da guerra civil para o processo de desenvolvimento de Angola?

O país endividou-se, os trabalhadores não tinham emprego, e quando havia não estavam capacitados para desempenhar e o progresso tecnológico ficou emperrado.

Pós Guerra

Como a Senhora avalia o processo de reconstrução de Angola e os resultados econômicos alcançados pelo país, no período pós-guerra?

De uma forma geral, podemos dizer que os processos de reconstrução são lentos. È certo que o país ficou num caos e só há bem pouco tempo começou a ocorrer à recuperação da economia. Se houver honestidade no governo, as coisas talvez melhorem. Só tempo irá confirmar essas melhorias.

Como os resultados econômicos têm proporcionado bem estar à população de Angola?

Ao que me parece só tem favorecido os de sempre: a elite. O povo, o povo simples, não foi afetado por essas melhorias.

As diferenças de condições entre mulheres e homens são evidentes nos indicadores. Como avalia a influência desse fator para o desenvolvimento de Angola?

Não sei de que condições vocês estão falando.

Dados estatísticos, publicados no Relatório Econômico Anual de Angola – 2009, do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC), da Universidade Católica de Angola, sugerem que o país poderá se tornar a quinta maior economia africana até 2014. Como avalia esta perspectiva?

Se levar em conta as riquezas que o país possui, concordo plenamente, porém a minha preocupação é: Como vão ser coletados os dados que darão origem a essa classificação?